

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**

<b>PROCESSO:</b>	00785/24
<b>CATEGORIA:</b>	Auditoria e Inspeção
<b>SUBCATEGORIA:</b>	Auditoria
<b>EXERCÍCIO:</b>	2024
<b>JURISDICIONADO:</b>	Prefeitura Municipal de Jarú - RO
<b>INTERESSADO:</b>	João Gonçalves Silva Júnior, CPF n. ***.305.762-**, chefe do Poder Executivo Municipal de Jarú
<b>RESPONSÁVEL:</b>	<b>João Gonçalves Silva Júnior</b> , CPF n. ***.305.762-**, ex-chefe do Poder Executivo Municipal de Jarú <b>Jeverson Luiz de Lima</b> , CPF nº ***.900.472-**, chefe do Poder Executivo Municipal de Jarú <b>Gimael Cardoso da Silva</b> , CPF n. ***.623.042-**, controlador do Município <b>Silvia Lucas da Silva Dias</b> , CPF n. ***.816.702-**, diretora presidente da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia – AGERO
<b>ASSUNTO:</b>	Avaliação e acompanhamento dos procedimentos para a concessão de sistema de água, esgoto e gestão de resíduos sólidos do município de Jarú-RO
<b>VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS:</b>	R\$ 809.577.831,82 <sup>1</sup>
<b>RELATOR:</b>	Conselheiro Francisco Carvalho da Silva

**RELATÓRIO INICIAL**

**1. INTRODUÇÃO**

Trata-se de relatório de auditoria do contrato de concessão comum, assinado entre a prefeitura municipal de Jarú – RO (concedente), a sociedade Águas de Jarú SPE S.A. (concessionária) e a Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia – AGERO (interveniente-anuente), publicado no diário oficial de Jarú n. 547, em 08.03.2024, sob processo administrativo n. 1-4561/20233329/SEMAME/2020, que tem como objeto, de forma resumida, a prestação de serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto do referido município.

**2. HISTÓRICO DO PROCESSO**

<sup>1</sup> Valor contratual estimado estabelecido na cláusula décima nona do Contrato de Concessão – ID 1559387, p. 4067.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**

2. Em 03.08.2017, emitiu-se o Acórdão APL-TC 00342/17<sup>2</sup> (PCe 00085/13) com a conclusão de se considerar ilegal o contrato de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário entre o município de Jaru – RO e a Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – Caerd. Também, determinou, além de outras medidas, a modulação dos efeitos do contrato em andamento e a instauração de procedimento licitatório ou de dispensa para nova contratação desses serviços de saneamento, no prazo de 180 dias.
3. Posteriormente, em 26.03.2020, considerou-se a determinação III do APL-TC 00342/17 parcialmente cumprida, uma vez que a prefeitura apresentou um plano de ação para contratação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Jaru. E, com isso, determinou-se ao chefe do poder executivo municipal e ao seu controle interno que coordenassem as ações com a finalidade de se executar o referido plano, conforme a DM-0042/2020-GCBAA<sup>3</sup>.
4. Então, em 19.05.2021, a DM-0072/2021-GCBAA<sup>4</sup> determina que a verificação do cumprimento do item III do Acórdão APL-TC 00342/2017-Pleno será feita em processo específico de nova numeração, o do PCe n. 2589/20.
5. Em seguida, em 21.07.2022, mediante Acórdão APL-TC 00141/22<sup>5</sup>, decidiu-se considerar parcialmente cumprido o item III do Acórdão APL-TC 00342/2017-Pleno, com continuidade das ações relativas à execução do Plano De Ação/Novo Cronograma Proposto (ID 1078491) sobre a prestação de serviços de água e esgoto em Jaru.
6. Assim, ao realizar o monitoramento do cumprimento das determinações do Acórdão APL-TC 00141/22, em 18.08.2023, por meio de novo acórdão, o APL-TC 00123/23<sup>6</sup>, este apresenta em suas conclusões a determinação de envio de cópia do processo de contratação da empresa B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, o qual será autuado em apartado, para que o Tribunal continue fiscalizando as demais etapas do procedimento de concessão de sistema de Água, Esgoto e Gestão de Resíduos Sólidos do Município de Jaru.
7. Dessa forma, o Acórdão APL-TC 00018/24<sup>7</sup>, emitido em 08.03.2024, além de confirmar as determinações do acórdão anterior (o APL-TC 00123/23), determina, em seu item II, que a concessão em referência seja avaliada e acompanhada pela corte de contas.
8. Ato contínuo, na fase de instrução e emissão de relatório inicial de auditoria<sup>8</sup>, verificou-se que o processo de concessão dos serviços de abastecimento de água e de tratamento de esgoto de Jaru já se encontrava contratado, ou seja, a fase de licitação da concessão já havia sido

---

<sup>2</sup> APL-TC 00342/17 – PCe 00085/13: ID 479173.

<sup>3</sup> Decisão Monocrática – DM n. 0042/2020-GCBAA – PCe 00085/13: ID 875218.

<sup>4</sup> Decisão Monocrática – DM n. 0072/2021-GCBAA – PCe 00085/13: ID 1039444.

<sup>5</sup> Acórdão APL-TC 00141/22 – PCe 02589/20: ID 1236888.

<sup>6</sup> Acórdão APL-TC 00123/23 – ID 1547238.

<sup>7</sup> Acórdão APL-TC 00018/24 – ID 1547235.

<sup>8</sup> Relatório Inicial de Auditoria – Pce 00785/24: ID 1592531.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**

realizada, bem como as fases de homologação e adjudicação, sendo que o contrato foi celebrado em 06.03.2024 e publicado em diário oficial de 08.03.2024<sup>9</sup>.

9. Após ser exarada a DM-00082/24-GCFCS-Decisão Inicial<sup>10</sup>, o poder executivo municipal de Jaru – RO apresentou documentação e explicativas em atendimento às determinações nela contidas, que foram analisadas no relatório técnico de ID 1651045 e concluído pelo atendimento parcial da decisão e recomendado ao chefe do Poder Executivo Municipal de Jaru que corrigisse a data-base de reajustamento do contrato.

10. Na sequência, foi emitido o Parecer n. 0006/2025-GPETV (ID 1700935), o qual opinou pelo não atendimento dos itens I.b e II.b da DM 00082/24-GCFCS e que fossem reiteradas as determinações aos responsáveis:

e) Reiterada a determinação constante no item I.b, da Decisão Monocrática n. 00082/24-GCFCS (ID 1597583), com a respectiva notificação dos senhores João Gonçalves da Silva Júnior, Prefeito de Jaru; e Gimael Cardoso da Silva, Controlador-Geral do Município de Jaru, ou quem venha legalmente substituí-los, para que em prazo razoável, contados da data de sua ciência, comprove reformulação da cláusula primeira do contrato de Concessão celebrado, a qual visava a modificação da data-base para reajustamento contratual;

f) Expedida determinação aos senhores João Gonçalves da Silva Júnior, Prefeito de Jaru; e Gimael Cardoso da Silva, Controlador-Geral do Município de Jaru, ou quem venha legalmente substituí-los, promovam mecanismos de controle social na contratação em voga, já que se trata de condição de validade do contrato de concessão pactuado conforme art. 2º, X, e o art. 11, §2º, V, ambos da Lei Federal n. 11.445/2007, e também por se tratar de execução contratual em plena vigência;

11. Em consonância com o parecer do MPC, o relator proferiu a DM n. 0012/2025-GCFCS/TCE-RO (ID 1707463) decidindo por:

**I – Determinar ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Jaru, Senhor Jeverson Luiz de Lima**, CPF nº \*\*\*.900.472-\*\*, e ao Controlador-Geral do Município, Senhor Gimael Cardoso Silva, CPF nº \*\*\*.623.042-\*\* que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta decisão:

a) Encaminhem documentação comprobatória da retificação da cláusula contratual que trata da data-base para reajustamento, a fim de alinhá-la às disposições editalícias;

b) Apresentem plano de ação detalhado sobre os mecanismos de auditoria e fiscalização da concessão, incluindo cronograma e metodologia para realização de inspeções regulares e não anunciadas;

<sup>9</sup> Publicação do extrato de contrato de concessão. Diário Oficial de Jaru n. 547 – ID 1559390, p. 4110

<sup>10</sup> Decisão Monocrática – DM-00082/24-GCFCS-Decisão Inicial – Pce 00785/24: ID 1597583.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**

c) Demonstrem as medidas adotadas para assegurar a transparência dos atos administrativos e a participação da sociedade no controle dos serviços concedidos, conforme prevê a legislação aplicável.

12. Citado o responsável, as justificativas foram analisadas pela unidade técnica no relatório de ID 1747935 e concluído pelo não atendimento dos itens “a)” e “b)” e atendimento parcial do item “c)” da DM n. 0012/2025-GCFCS/TCE-RO (ID 1707463) e proposto ao relator a determinação para saneamento das irregularidades.

13. Em seguida, o relator emitiu a DM n. 0056/2025-GCFCS/TCE-RO (1761932) acolhendo integralmente a análise da unidade técnica e decidiu por:

I – Considerar como não cumpridas as determinações constantes das alíneas “a” e “b”, e parcialmente cumprida a alínea “c”, todas do item I da Decisão Monocrática nº 0012/2025-GCFCS/TCE-RO (ID=1707463); porém, deixar de aplicar sanção pecuniária em razão da postura colaborativa dos gestores durante a instrução processual;

II – Determinar, via ofício, ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Jaru, Senhor Jeverson Luiz de Lima, CPF nº \*\*\*.900.472-\*\*, e ao Controlador-Geral do Município, Senhor Gimaél Cardoso Silva, CPF nº \*\*\*.623.042-\*\*, ou a quem os substituam, que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação:

a) Encaminhar documentação comprobatória da retificação da cláusula primeira do contrato de concessão (ID=1559387), relativamente à data-base para reajustamento, de modo a alinhá-la às disposições editalícias e ao disposto na cláusula vigésima primeira do contrato. Além disso, promover a correção do valor contratual estimado por extenso, que apresenta divergência em relação ao valor numérico.

b) Apresentem plano de ação detalhado sobre os mecanismos de auditoria e fiscalização da concessão, incluindo cronograma e metodologia para realização de inspeções regulares e não anunciadas;

c) Demonstrem as medidas adotadas para assegurar a transparência dos atos administrativos e a participação da sociedade no controle dos serviços concedidos, nos termos da legislação aplicável. Além disso, realizem os ajustes necessários nos canais de participação e transparência, sanando as deficiências identificadas no Relatório Técnico (ID=1747935), de modo a assegurar pleno acesso às informações.

(...)

V – Ordenar ao Departamento do Pleno que encerrado o prazo concedido no item II deste dispositivo, sejam os autos encaminhados à Secretaria-Geral de Controle Externo para análise técnica e elaboração de relatório conclusivo.

14. Assim, nos termos do item V da DM n. 0056/2025-GCFCS/TCE-RO, vieram os autos para a devida análise das justificativas colacionadas.

### **3. ANÁLISE TÉCNICA**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**

15. Por meio do documento n. 3949/25, de 03/07/2025, inserido neste processo na aba “Juntados/Apensados”, os Senhores Jeverson Luiz de Lima, prefeito de Jaru e Gimaél Cardoso Silva, controlador geral do Município, apresentaram justificativas frente as determinações constantes no item II da DM n. 0056/2025-GCFCS/TCE-RO (1761932), já citadas no item anterior.

**3.1. Do atendimento a determinação contida no item II, “a)” da DM nº 0056/2025-GCFCS/TCE-RO**

16. Os justificantes informam que foi formalizada a alteração contratual por meio da celebração do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n. 13/2024, com o objetivo de adequar a cláusula referente à data-base de reajustamento às regras do edital e ao disposto na cláusula vigésima primeira do contrato original, além de corrigir a redação do valor contratual estimado por extenso.

17. Contam que o termo aditivo encontra-se em fase final de tramitação, aguardando apenas a manifestação formal da concessionária. Nesse sentido, requer-se o reconhecimento do cumprimento da determinação, uma vez que a formalização da alteração contratual, de competência da Administração, já foi devidamente providenciada, restando apenas a assinatura pelo representante da concessionária.

**Análise**

18. Os justificantes anexaram às págs. 5-6 do documento 3949/25 o quarto termo aditivo ao contrato de concessão (ID 1782780), alterando a cláusula primeira conforme determinado na DM n. 0056/2025-GCFCS/TCE-RO, passando a ter a seguinte redação:

VALOR CONTRATUAL ESTIMADO significa o valor total estimado do presente CONTRATO DE CONCESSÃO, para todos os fins e efeitos de direito, correspondente a R\$ 809.577.831,82 (oitocentos e nove milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos), conforme previsto no EDITAL. O VALOR CONTRATUAL ESTIMADO será reajustado, a cada período de 12 (doze) meses, pela variação do IPCA, a partir da ORDEM DE INÍCIO DEFINITIVA, devendo ser considerado, no primeiro REAJUSTE, a inflação compreendida entre dezembro de 2022 e a data do primeiro reajuste, sem prejuízo de eventuais revisões decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos de competente aditivo contratual celebrado entre as PARTES.

19. O termo aditivo conta com a assinatura do Sr. Jeverson Luiz de Lima, chefe do Poder Executivo Municipal de Jaru, Sr. Wisley Machado Santos de Almada, procurador geral do Município e duas testemunhas, Sra. Jennifer Vitória Silva Santos, diretora de contratos e Sr. Cleverson Barbosa, secretário municipal, restando somente a assinatura da concessionária.

20. Diante do exposto, opinamos pelo saneamento do item item II, “a)” da DM nº 0056/2025-GCFCS/TCE-RO.

**3.2. Do atendimento a determinação contida no item II, “b)” da DM nº 0056/2025-GCFCS/TCE-RO**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**

21. Para cumprimento desta determinação, informaram que foi instaurado o Processo Administrativo n.º 1- 10462/2025, no qual a Controladoria Geral do Município elaborou Plano de Auditoria específico, contendo objetivos, critérios, metodologia, cronograma e instrumentos de monitoramento da execução contratual.

22. O referido plano segue anexo a esta manifestação, sendo requerido, com base na documentação acostada, o reconhecimento do pleno atendimento à determinação.

**Análise**

23. As págs. 8-10 do documento 3949/25, foi inserido documento denominado Plano de Auditoria (ID 1782781), contendo a identificação, fundamentação, objetivo geral, objetivos específicos, escopo, critérios, procedimentos de auditoria, cronograma e equipe técnica.

24. Foram definidos os seguintes objetivos gerais e específicos:

**3. OBJETIVO GERAL**

Avaliar a conformidade da execução contratual do Contrato de Concessão nº 13/2024, com base na legislação aplicável, nos instrumentos contratuais e nos regulamentos setoriais, assegurando o atendimento das cláusulas contratuais, o cumprimento das metas de desempenho, e a observância dos princípios da administração pública.

**4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Verificar o cumprimento das metas de universalização do SAA e SES;
- Verificar o cumprimento das obrigações contratuais pactuadas;
- Avaliar a execução dos projetos contratados;
- Verificar a adequação da operação e manutenção dos sistemas;
- Analisar os indicadores de desempenho;
- Verificar legalidade dos reajustes tarifários;
- Avaliar uso dos bens vinculados e reversíveis;
- Analisar a fiscalização municipal e regulatória

25. Foi apresentado um quadro do cronograma contendo as etapas, atividades e os períodos previstos:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**

Quadro 1: Cronograma

Etapa	Atividade	Período Previsto
Levantamento preliminar	Reuniões e análise documental	Agosto de 2025
Planejamento	Matriz e cronograma	Setembro de 2025
Execução	Auditoria documental e in loco	Outubro de 2025
Comunicação de achados	Reunião técnica	Novembro de 2025
Relato	Elaboração do relatório final	Dezembro de 2025
Plano de Providências	Elaboração do plano de providências e notificação dos setores competentes para adoção das providências necessárias.	Janeiro de 2026

Fonte: Proc. Pce. n. 0785/24 (ID 1782781).

26. Ao final definiram a equipe técnica como:

Coordenação Geral:

Gimael Cardoso Silva - Auditor de Controle Interno;

Execução técnica:

Keila Batista Silva Augusto - Auditor de Controle Interno;

Apoio logístico e documental:

Juliana Alves do Nascimento - Assessora do Controlador-Geral do Município.

27. Diante do Plano de Auditoria apresentado, opinamos pelo saneamento do item II, “b)” da DM nº 0056/2025-GCFCS/TCE-RO.

**3.3. Do atendimento a determinação contida no item II, “c)” da DM nº 0056/2025-GCFCS/TCE-RO**

28. Já quanto à determinação quanto a exigência de implementação dos mecanismos de transparência e estímulo à participação social, comunicaram que foi encaminhada notificação formal à concessionária, a qual apresentou resposta técnica acompanhada de material ilustrativo demonstrando o funcionamento adequado dos canais de comunicação com o cidadão (ouvidoria, e-SIC, entre outros).

29. Anotam que o conteúdo da resposta indica que as inconsistências apontadas no Relatório Técnico foram devidamente sanadas e em anexo trazem a comprovação.

**Análise**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**

30. As págs. 11-20 do documento 3949/25 (ID 1782782) foi apresentada a resposta da Águas de Jaru SPE.S.A, atual prestadora dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
31. No documento resposta à prefeitura (ID 1782782), a concessionária informou que o link utilizado se encontrava desatualizado, o que ocasionou uma interpretação equivocada quanto à operacionalidade dos canais.
32. Foi apresentado novo link <https://www.aegearo.com.br/> onde, depois de percorrer um caminho até a escolha da cidade de Jaru, é possível identificar a atualização do telefone 0800 e encontrar um destino na escolha do WhatsApp:

Figura 1: Painel de contato

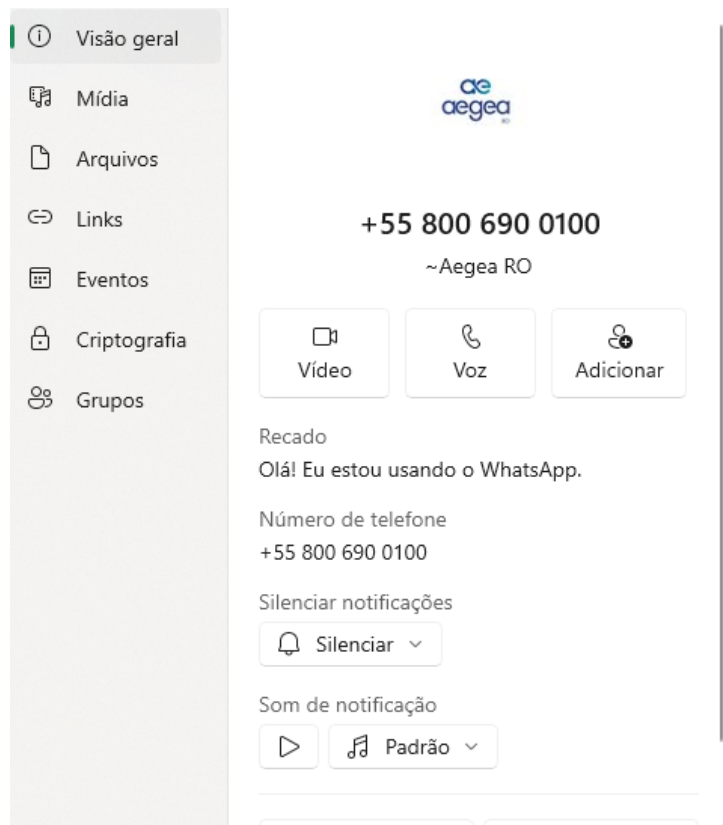
OPERADORA	FALE CONOSCO	AGÊNCIA VIRTUAL	INSTITUCIONAL
Lojas conveniadas	0800 690 0100	Baixe o App para Android	Site oficial
	Envie um WhatsApp	Baixe o App para Iphone	Blog de notícias
		Imobiliária? Veja as instruções	

Fonte: <https://cliente.aegearo.com.br/entrar>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**

Figura 2: Informações do WhatsApp



Fonte: <https://cliente.aegeoaro.com.br/entrar>

33. Diante do exposto, opinamos pelo atendimento do item II, “c)” da DM nº 0056/2025-GCFCS/TCE-RO.

#### **4. CONCLUSÃO**

34. Diante da presente análise, pelas evidências constantes nos autos nesta fase processual, em face da análise da defesa frente as determinações exaradas na DM nº 0056/2025-GCFCS/TCE-RO, conclui-se que todas foram atendidas.

#### **5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

35. Ante ao exposto, propõe-se ao relator:

**5.1. Arquivar** os autos, em razão do esgotamento do objeto;

**5.2. Determinar** ao atual chefe do Poder Executivo Municipal de Jaru, Senhor Jeverson Luiz de Lima, CPF n. \*\*\*.900.472-\*\*, e ao controlador-geral do Município, Senhor Gimaél Cardoso Silva, CPF n. \*\*\*.623.042-\*\*, ou quem vier a substituir, que:

- a) Providenciem o encaminhamento anual das informações relacionadas à concessão dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto de Jaru, adotando-se, por analogia, o fluxo previsto na Resolução n. 228/2016-TCERO,

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**

especificamente no concerne aos relatórios periódicos de execução previstos no artigo 24 que trata de ações em execução pela gestão jurisdicionada.

**5.3. Crie** um novo processo de monitoramento para acompanhar os relatórios que serão encaminhados pelos jurisdicionados.

Porto Velho, 01 de agosto de 2025.

Elaborado por,

(Assinado eletronicamente)

**HUDSON WILLIAN BORGES**

Auditor de Controle Externo – Matrícula 515

Supervisionado por,

(Assinado eletronicamente)

**LEONARDO GONÇALVES DA COSTA**

Auditor de Controle Externo – Matrícula 561

Assessor IV da SGCE

Em, 4 de Agosto de 2025



HUDSON WILLIAN BORGES  
Mat. 515  
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Em, 5 de Agosto de 2025



LEONARDO GONÇALVES DA COSTA  
Mat. 561  
COORDENADOR ADJUNTO